

tali ya likit kati angan ki mana katika malati sanga siya katiga sayaka katika

CNPJ 26.042.572/0001-27

PROJETO DE LEI CMC N°003/2024

kry II i Bersey ele i chaper we project a description de de la companie de la composition de la companie de la

Regulamenta a manutenção das atividades políticas-parlamentares e administrativas da Câmara Municipal em virtude de deslocamentos da sede do Município de Carneirinho/MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder diárias de viagem aos Vereadores e servidores da Câmara Municipal, que se deslocarem do Município, a serviço de interesse do Poder Legislativo, com o objetivo de aporte financeiro necessário à cobertura de despesa com despesas com hospedagem e alimentação.
- § 1º. As despesas não contempladas neste artigo serão suportadas na forma de adiantamento e, excepcionalmente, na forma de reembolso, sendo esta última hipótese autorizada nas condições devidamente justificadas e comprovadas.
- § 2º Entende-se por atividades de competência do Poder Legislativo, do Município de Carneirinho, os que visem:
 - I A busca de recursos financeiros para o Município por meio de emendas parlamentares, reuniões em órgãos públicos estaduais e federais para esclarecimento e desembaraço de pendências administrativas de convênios e afins, de interesse da população de Carneirinho;
 - II Realização de cursos, seminários, congressos e palestras visando a capacitação de vereadores e servidores do Poder Legislativo;
 - III Quando em missão oficial, representando o Poder Legislativo Municipal,
 ações que reflitam no interesse público da população de Carneirinho;
 - IV Comparecer a órgãos públicos federais e estaduais que venham a fornecer subsídios aos integrantes do Poder Legislativo, em suas atribuições típicas exercidas na Câmara Municipal de Carneirinho.
- § 3° O período de afastamento deverá ser o indispensável ao desempenho das tarefas a serem executadas, não ultrapassando o limite de 04 (quatro) diárias por mês, ficando condicionada a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira e o valor são

CNPJ 26.042.572/0001-27

Carneirinho.

Parágrafo único - Não sendo devolvida as importâncias a serem restituídas pelo Vereador ou servidor no primeiro dia útil imediato ao vencimento do prazo previsto no caput. efetuar-se-á imediatamente o desconto integral em folha de pagamento, ficando sujeitos à apresentação do relatório e do depósito bancário das importâncias que teriam de ser restituídas, para liberação do pagamento das suas despesas.

Art. 7º - A autoridade proponente, o ordenador de despesas, o responsável pelo recebimento de despesas e o que praticar atos em desacordo com esta Lei, responderá solidariamente, pela reposição imediata da importância paga, sem prejuízo das sanções administrativas e penais, cabíveis ao caso.

Art. 8º - Para fazer face as despesas oriundas a este Projeto de Lei, fica o Poder Legislativo, autorizado a pagar nas dotações previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as leis 468/2001, 590/2003, 1.443/2018 e 1.670/2021.

Câmara Municipal de Carneirinho, 20 de dezembro de 2024.

Pedro Emilio Martins Arruda

Presidente

Wagner Alves da Silva 19 Secretário

Erica de Souza Queiro Vice-Presidente

> Fábio Samartino 2º Secretário

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação inal para oferecer parecer

Sala das Sessões 🥝

A Sanção

Sala das Sessões em 28/18/18

O Presidente (

A Comissão de Finanças e Orçamento

para oferecer parecer Sala das Sessões o

Aprovado em discussão

Sala das Sossões em,

O Presidento

Rua Antônio das Graças de Oliveira, 1600, Jardim Planalio, Carneirinho, Minas Gerais. CEP: 38290-000 Fone/Fax: (34) 3454-1275 - Email: secretaria@carneirinho.mg.leg.br - Site: www.carneirinho.mg.leg.br



CNPJ 26.042.572/0001-27

ANEXO I

DIÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO DE CARNEIRINHO-MG.

Classificação do cargo, emprego e função	
I – Vereadores e servidores de nível superior	
II - Demais servidores	

I -Vereadores e servidores de nível superior	
a- Brasília, Capitais de Estado e Cidades com quilometragem igual ou superior a 250 Km de distância da Sede do Município.	2,18 VRFM
b- Cidades com quilometragem inferior a 250 Km de distância da Sede do Município	1,09 VRFM

II - Demais servidores		
a- Brasília, Capitais de Estado e Cidades com quilometragem igual ou superior a 250 KM de distância da Sede do Município	1,4 VRFM	
b- Cidades com quilometragem inferior a 250 Km de distância da Sede do Município	0,7 VRFM	



CNPJ 26.042.572/0001-27

ANEXO II - Solicitação das Diárias

			PROPOSTA	DE VIAGEM	
	Nome	<u> </u>		, 11011/1	
dor				PAGOATVÁ:	
Servidor	Carg	o ou Função	* .		
		ili. Materialist, Millur Parisuu	To brigario e ese so Constant	a de la compansa de l	
	1				
			Serviço a exec	utar e períod	ok
			·		<u> </u>
iço	itar		<u></u>	grafia.	All All All Annual A
Serviço	executar e				
92	5				
3 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	ere ou para para	while the same of		<u>. 481, 3451 au 5</u>	
· <u>L</u>	<u></u>				the state of the s
F4 848 61	gerie.	i erekkevat kwet al.	ustificativa del	alhada /razõ	
	x 11264	<u> </u>	doction de	anidaa (iazo	
a speng te		erine. Sandaja (da erine)			
	LC	CALIDAD			N° DE DIAS
0					
Relatório De	Viagem		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Rela					
	• :		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
	• •				
Draz	o do l	Itilização		Importância	your in its de
FIAL	o ue c	rinzação		ппропансіа	requisitada

۵		AS	SINATURA E	CARIMBO DA	A CHEFIA
ent					
роп					
Proponente		•			
<u> </u>					



CNPJ 26.042.572/0001-27

ANEXO IV

RELATÓRIO DE VIAGEM E SERVIÇOS:

Relatório de viagem a: Serviços de interesse do Pode	er Legislativo de Carneirinho -MG.	
Motivo da viagem e período):	
Por ser expressão d	la verdade, assino o presente.	
	Carneirinho-MG,de	de
Nome: Cargo: Assinatura	a:	·
APROVADO:		
Ass. do Presidente da Câmara	a:	



CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER JURÍDICO Nº 108/2024 REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI CMC Nº 003/2024

1 – RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e formalidade jurídica do Projeto de Lei nº 003/2024, de iniciativa do Poder Legislativo deste Município de Carneirinho/MG, em tramitação nesta Casa, que "Regulamenta a manutenção das atividades políticas parlamentares e administrativas da Câmara Municipal em virtude de deslocamentos da sede do Município de Carneirinho/MG e dá outras providências."

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Cabe à Assessoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Carneirinho/MG, dentre outras atribuições, analisar e opinar sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.

Isto posto, deve ser emitido parecer sobre o Projeto de Lei CMC nº 003/2024 por esta Assessoria Jurídica.

2.1 – DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA PREVISTA NO ARTIGO 133 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que "o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei."

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 8.906, de 04/07/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil) assevera que o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos termos do que preconiza o parágrafo 3º de seu artigo 2º:

Leticia



CNPJ 26.042.572/0001-27

"Artigo 2º (...)

Parágrafo 3º - No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta Lei."

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I do artigo 7º da Lei Federal nº 8.906/1994, que estabelece ser direito do advogado, dentre outros, "exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional".

Registre-se que o presente parecer, apesar da sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante, tampouco caráter decisório. As autoridades a quem couber a sua análise têm plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.

A propósito, ensina José dos Santos Carvalho Filho:

"Os pareceres consubstanciam opiniões, pontos de vista de alguns agentes administrativos sobre matéria submetida à sua apreciação (...) refletindo um juízo de valor, uma opinião pessoal do parecerista, o parecer não vincula a autoridade que tem competência decisória, ou seja, aquela a quem cabe praticar o ato que o aprova ou rejeita. Como tais atos têm conteúdos antagônicos, o agente que opina nunca poderá ser o que decide." (Manual de Direito Administrativo, 21ª edição, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009; pág. 133).

Outrossim, cumpre ressaltar que este parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, às quais a depender da natureza jurídica do projeto, devese se ser submetido para apreciação, sempre ponderando, de novo, a matéria de sua competência.

2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê no art. 30, inciso I:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local; (...)"

Letrica

CNPJ 26.042.572/0001-27

Igualmente, a Constituição do Estado de Minas Gerais prescreve no art. 171, inciso I:

"Art. 171. Ao município compete legislar:

I – Sobre assuntos de interesse local (...)".

Portanto, no plano constitucional não há óbice a que o Município de Carneirinho/MG discipline a matéria tratada no Projeto de Lei CMC nº 003/2024, haja vista ser matéria de interesse local.

2.3 – DA INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. AVALIAÇÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE

O Projeto de Lei CMC nº 003/2024 é de propositura da Mesa Diretora da Câmara Municipal, Poder Legislativo, conforme prevê o art. 29, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, para um maior balizamento, o art. 29, inciso I, preceitua que:

"Art. 65. Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I – assuntos de interesse local

 $\Pi - (...)$ "

Como se vislumbra no Projeto de Lei CMC nº 003/2024, o mesmo foi subscrito e assinado pela Mesa Diretora, e consequentemente, não se observa vício de iniciativa no Projeto de Lei CMC nº 003/2024.

2.4 – DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI CMC nº 003/2024. DA CONSTITUCIONALIDADE OBSERVADA

Conforme relatado, o Projeto de Lei CMC nº 003/2024, tem como objetivo a regulamentação da manutenção das atividades políticas parlamentares e administrativas da

Leticia



CNPJ 26.042.572/0001-27

Câmara Municipal em virtude de deslocamentos da sede do Município de Carneirinho/MG. Em vista disso, o art. 1º do referido projeto autoriza o Poder Legislativo a conceder diárias de viagem aos vereadores e servidores da Câmara Municipal, que se deslocarem do Município, a serviço de interesse do Poder Legislativo, com o objetivo de aporte financeiro necessário à cobertura de despesa com hospedagem e alimentação.

Por conseguinte, a concessão de diárias a servidores públicos, incluindo vereadores, é uma prática comum e visa ressarcir os gastos realizados em razão de deslocamentos para o desempenho de suas funções. Nesse sentido, o art. 37 da Constituição Federal emana que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Destarte, é oportuno citar que o Projeto de Lei CMC nº 003/2024 apresenta concordância com o disposto no art. 37 da Constituição Federal, bem como com os Princípios Constitucionais elencados, vez que o art. 6º do referido Projeto de Lei, traz a possibilidade de restituição das diárias quando a viagem não for realizada ou a missão for antecipada ou cumprida em menor tempo.

Também, é válido destacar, que o art. 1°, parágrafo 3°, dispõe que o período de afastamento deve ser indispensável ao desempenho das tarefas a serem executadas, bem como, traz o limite de 04 diárias por mês, ficando condicionadas a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, salvo autorização expressa do Presidente da Câmara. Sobre o tema, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) impõe limites e controles para os gastos públicos, incluindo a regulamentação de diárias, estipulas que o gasto deve estar previsto no orçamento e obedecer aos limites de despesas com pessoal.

Desse modo, o art. 4°, apresenta ao vereador ou servidor a quem for concedido a diária a obrigatoriedade da apresentação de relatório de viagem e serviço executado, feito sob modelo próprio anexo, o qual passará por análise e posterior aprovação do Presidente da Câmara.

Nessa esteira, denota-se que o dito no Projeto de Lei CMC nº 003/2024, está em consonância jurídica com o estabelecido pela Constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando seus termos.

Nesse contexto, conclui-se e opina pela legalidade e a constitucionalidade do Projeto de Lei CMC nº 003/2024, observando o casamento do ditame Constitucional Pátrio com o referido projeto.

Leticia



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO CNPJ 26.042.572/0001-27

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, com todo respeito, esta Assessoria Jurídica emite parecer pela constitucionalidade do Projeto de Lei CMC nº 003/2024.

Este é, respeitosamente, o parecer, acerca da legalidade, constitucionalidade e formalidade jurídica do Projeto de Lei CMC nº 003/2024, desta Assessoria Jurídica.

Carneirinho/MG, 23 de dezembro de 2024.

Letício Mara da SNG

Letícia Maria da Silva – Assessora Jurídica da Câmara Municipal

OAB/SP 443.584



9ª. Reunião Ordinária

CÂMARAMUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

PROJETO DE LEI N.º: Regulamenta a manutenção das atividades políticas parlamentares e administrativas da Câmara Municipal em virtude de deslocamentos da sede do Município de Carneirinho/MG e dá outras providências.

AUTORIA	VOTAÇÃO		
Mesa Diretora	Maioria simples		
DATA DE RECEBIMENTO	Analisado pela Assessoria Jurídica em:		
20/12/2024	23/12/2024		

Ordem Do Dia Da(S) Reunião(ões)

PRAZOS PARA AS COMISSÕES APRESENTAREM OS PARECERES Art.100 RI. Entregue à Comissão LJRF em
Maria Aparecida de Oliveira Queiroz Entregue ao Relator em Del Del Del Visto do Relator: Érica de Souza Queiroz Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver. Entregue à Comissão F.O. em Del Del Visto do Pres: Joaquim Madalena Severino de Almeida Entregue ao Relator em Del Del Del Visto do Relator: Érica de Souza Queiroz
Érica de Souza Queiroz Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver. Entregue à Comissão F.O. em B R / 24 Visto do Pres: Joaquim Madalena Severino de Almeida Entregue ao Relator em B / 24 Visto do Relator: Érica de Souza Queiroz
Entregue à Comissão F.O. em 28 12 1 24 Visto do Pres: Joaquim Madalena Severino de Almeida Entregue ao Relator em 26 1 22 Visto do Relator: Érica de Souza Queiroz
Joaquim Madalena Severino de Almeida Entregue ao Relator em 11/12/124 Visto do Relator: Érica de Souza Queiroz
Érica de Souza Queiroz
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.
Entregue à Comissão LJRF em 25/12/24 Visto do Pres: Maria Aparecida de Oliveira Queiroz
Entregue ao Relator em LY 1212 / Visto do Relator: Érica de Souza Queiroz
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.

Vista nos term	os do Art. 216 R.I.	Resultado da votação.	
Data	Vereador		
		Unanimidade	
		A favor	
		Contra	
		Rejeitado	
		Arquivado	
		Com emenda:	
		Sem emenda:	



CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI CMC N.º: 003/2024

DENOMINAÇÃO: Regulamenta a manutenção das atividades políticas parlamentares e administrativas da Câmara Municipal em virtude de deslocamentos da sede do Município de Carneirinho/MG e dá outras providências.

AUTOR(ES): Mesa Diretora

COMISSÃO: Legislação, justiça e redação final.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, CONCLUIU: que se trata de projeto legal e constitucional.

Câmara Municipal de Carneirinho, 23 de dezembro de 2024.

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu

voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Maria Aparecida de Oliveira Queiroz	Clas /		
Vice-Pres.	Anderson Domingos de Menezes	Jan 8		
Relator	Érica de Souza Queiroz	Eaung/		
			***************************************	·

Câmara Municipal de Carneirinho, 23 de dezembro de 2024.

APROVADO em <u>duos</u> discussão.

Carneirinho-MG, 23/ 12/2024

PRESIDENTE



CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI CMC N.º: 003/2024

DENOMINAÇÃO: Regulamenta a manutenção das atividades políticas parlamentares e administrativas da Câmara Municipal em virtude de deslocamentos da sede do Município de Carneirinho/MG e dá outras providências.

AUTOR(ES): Mesa Diretora

COMISSÃO: Finanças e Orçamento.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, DECIDIU: pela aprovação do projeto como encontra-se redigido.

Câmara Municipal de Carneirinho, 23 de dezembro de 2024.

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu

voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Joaquim M. Severino de Almeida	A STANDARD OF THE STANDARD OF		
Vice-Pres.	Fábio Samartino			
Relator	Érica de Souza Queiroz	Ludwy		

Câmara Municipal de Carneirinho, 23 de dezembro de 2024.

APROVADO em <u>Auas</u> discussão. Por <u>Imanumud cull</u>

Carneirinho-MG, 93/12 /2024

PRESIDENTE



CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI CMC N.º: 003/2024

DENOMINAÇÃO: Regulamenta a manutenção das atividades políticas parlamentares e administrativas da Câmara Municipal em virtude de deslocamentos da sede do Município de Carneirinho/MG e dá outras providências.

AUTOR(ES): Mesa Diretora

COMISSÃO: Legislação, justiça e redação final.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, para a **Redação Final**: Deu forma a matéria aprovada segundo a técnica legislativa.

Câmara Municipal de Carneirinho, 23 de dezembro de 2024.

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu voto:

· .		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Maria Aparecida de Oliveira Queiroz	Clay		
Vice-Pres.	Anderson Domingos de Menezes	John O		
Relator	Érica de Souza Queiroz	Dury		

Câmara Municipal de Carneirinho, 23 de dezembro de 2024.

APROVADO em <u>fluas</u> discussão. Por <u>unaminadade</u>

Carneirinho-MG<u>, タタルノネ</u>/2024

PRESIDENTE



CNPJ 26.042.572/0001-27

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 35/2024

Regulamenta a manutenção das atividades políticasparlamentares e administrativas da Câmara Municipal em virtude de deslocamentos da sede do Município de Carneirinho/MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder diárias de viagem aos Vereadores e servidores da Câmara Municipal, que se deslocarem do Município, a serviço de interesse do Poder Legislativo, com o objetivo de aporte financeiro necessário à cobertura de despesa com despesas com hospedagem e alimentação.
- § 1º. As despesas não contempladas neste artigo serão suportadas na forma de adiantamento e, excepcionalmente, na forma de reembolso, sendo esta última hipótese autorizada nas condições devidamente justificadas e comprovadas.
- § 2º Entende-se por atividades de competência do Poder Legislativo, do Município de Carneirinho, os que visem:
- I A busca de recursos financeiros para o Município por meio de emendas parlamentares, reuniões em órgãos públicos estaduais e federais para esclarecimento e desembaraço de pendências administrativas de convênios e afins, de interesse da população de Carneirinho;
- II Realização de cursos, seminários, congressos e palestras visando a capacitação de vereadores e servidores do Poder Legislativo;
- III Quando em missão oficial, representando o Poder Legislativo Municipal,
 ações que reflitam no interesse público da população de Carneirinho;
- IV Comparecer a órgãos públicos federais e estaduais que venham a fornecer subsídios aos integrantes do Poder Legislativo, em suas atribuições típicas exercidas na Câmara Municipal de Carneirinho.
- § 3° O período de afastamento deverá ser o indispensável ao desempenho das tarefas a serem executadas, não ultrapassando o limite de 04 (quatro) diárias por mês, ficando



CNPJ 26.042.572/0001-27

Carneirinho.

Parágrafo único - Não sendo devolvida as importâncias a serem restituídas pelo Vereador ou servidor no primeiro dia útil imediato ao vencimento do prazo previsto no caput, efetuar-se-á imediatamente o desconto integral em folha de pagamento, ficando sujeitos à apresentação do relatório e do depósito bancário das importâncias que teriam de ser restituídas, para liberação do pagamento das suas despesas.

- Art. 7º A autoridade proponente, o ordenador de despesas, o responsável pelo recebimento de despesas e o que praticar atos em desacordo com esta Lei, responderá solidariamente, pela reposição imediata da importância paga, sem prejuizo das sanções administrativas e penais, cabíveis ao caso.
- Art. 8º Para fazer face as despesas oriundas a este Projeto de Lei, fica o Poder Legislativo, autorizado a pagar nas dotações previstas na Lei Orçamentária Anual.
- Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as leis 468/2001, 590/2003, 1.443/2018 e 1.670/2021.

Câmara Municipal de Carneirinho, 26 de dezembro de 2024.

PEDRO EMILIO MARTINS ARRUDA:07853247630

MARTINS ARRUDA:07853247630

MARTINS MARTINS ARRUDA:07853247630

MUIDIA VI. CU=14483179000190, OU=
Pressinial OU=Certificado PF A1, CN=
PEDRO EMILIO MARTINS

ARRUDA:0785 ARRUDA:07853247630

Razão Eu, Sou o autor deste documento

3247630 Data 2024 12.26 15:52:43-03'00' Pedro Emilio Martilis Arrudasão: 2024.2.3

Localização: Data: 2024 12.26 15:52:43-03'00'

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO CNPJ 26.042,572/0001-27

ANEXO II - Solicitação das Diárias

			PROPOSTA	DE VIA	CEM		
	Nome		IOI ODIA	Y DU VIA	CANTO CONTRACT	<u>Service Albertanese</u> Service	
.							
Servidor	Cargo ou Função						
Sen					e de la companya de La companya de la co		
				44	· · ·	4.1.2.2.26.	
		Se	rviço a exc	ecutar e	período		
		Security of the control of the contr		gan gylddigaeth ac arddin o gan gylddigaeth y caellan o gan gyf a gyf			
8,	far do						
Serviço a	executar e período					1 22	
σň	Ş Ž						
S. Salara	in the second of the second of				e wêşê û îsteşe	set is different	
		·-					
				Artista Artista			
		Jus1	tificativa d	etalhada	a (razões)		
					•	1 1 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	
				The state of the s			
					7		
	LO	CALIDADE				N° DE DI	AS
္က	_		<u> </u>	<u> </u>			
Relatório De	neg:	·			-·		
Rel	*						
		erie Berling og kalter Kanton er en skalter					
					10		
Praz	o de Ut	ilização		Impo	rtância requ	Isitada	
		A C C II		CADINA	BO DA CH	IEEIA	
Proponente		ASSII	NAIURAE	CARIN	BU DA CH	IERIA	
iie.							
odo							
Ä							



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO CNPJ 26.042.572/0001-27

ANEXO IV

KELAIC	DRIU DE VIAGENI E SERVIÇOS:	
Dalathuia da viagana a		
Relatório de viagem a: Serviços de interesse do Poder Lo	egislativo de Carneirinho -MC	
berviços de interesse do 1 odei 23	egionativo de Carnetinato Inio.	
		·
Motivo da viagem e período:		
		÷
Por ser expressão da ve	erdade, assino o presente.	
	en e	
	Carneirinho-MG, de	de
	Cartoriumo-ivio, de	u
Nome:		
Cargo:		
Assinatura:		<u> </u>
	治	•
·		
APROVADO:		
	•	
Ass. do Presidente da Câmara:		
A.A.		



CNPJ 26.042.572/0001-27

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 35/2024

Regulamenta a manutenção das atividades políticasparlamentares e administrativas da Câmara Municipal em virtude de deslocamentos da sede do Município de Carneirinho/MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder diárias de viagem aos Vereadores e servidores da Câmara Municipal, que se deslocarem do Município, a serviço de interesse do Poder Legislativo, com o objetivo de aporte financeiro necessário à cobertura de despesa com despesas com hospedagem e alimentação.
- § 1º. As despesas não contempladas neste artigo serão suportadas na forma de adiantamento e, excepcionalmente, na forma de reembolso, sendo esta última hipótese autorizada nas condições devidamente justificadas e comprovadas.
- § 2º Entende-se por atividades de competência do Poder Legislativo, do Município de Carneirinho, os que visem:
- I A busca de recursos financeiros para o Município por meio de emendas parlamentares, reuniões em órgãos públicos estaduais e federais para esclarecimento e desembaraço de pendências administrativas de convênios e afins, de interesse da população de Carneirinho;
- II Realização de cursos, seminários, congressos e palestras visando a capacitação de vereadores e servidores do Poder Legislativo;
- III Quando em missão oficial, representando o Poder Legislativo Municipal,
 ações que reflitam no interesse público da população de Carneirinho;
- IV Comparecer a órgãos públicos federais e estaduais que venham a fornecer subsídios aos integrantes do Poder Legislativo, em suas atribuições típicas exercidas na Câmara Municipal de Carneirinho.
- § 3° O período de afastamento deverá ser o indispensável ao desempenho das tarefas a serem executadas, não ultrapassando o limite de 04 (quatro) diárias por mês, ficando



CNPJ 26.042.572/0001-27

condicionada a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira e o valor são os definidos no Anexo I, salvo autorização expressa do Presidente da Câmara.

Art. 2º - Ressalvado o disposto no parágrafo único, a diária completa é devida pelo afastamento da sede do município para a realização de atividade de competência do Poder Legislativo.

Parágrafo Único: Será concedida meia diária quando o serviço se realizar em cidades vizinha ou contigua à Sede.

- Art. 3º As diárias serão concedidas por solicitação do vereador ou servidor, mediante pedido, devidamente justificado e detalhado, com aprovação do Chefe do Legislativo, deixando especificado as razões pelas quais está sendo autorizado a liberar tal recurso, em modelo próprio (anexos II e III).
- Art. 4° O vereador ou servidor a quem for concedido diária, fica obrigado no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o término da viagem, apresentar seu relatório de viagem e serviço executado, em modelo próprio (anexo IV), o qual será aprovado pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo único: Quando for concedida diárias aos vereadores, servidor efetivo ou comissionado da Câmara Municipal de Carneirinho para participar de curso, seminário de capacitação, congresso e/ou evento similar o relatório deverá estar acompanhado de um dos documentos abaixo relacionados, fornecido pelo realizador do evento:

- I Comprovante de frequência;
- II Cópia de certificado;
- III Documento equivalente.
- Art. 5º Aos colaboradores ou profissionais contratados a serviço do Poder Legislativo serão concedidas diárias, nas mesmas condições dos demais.
 - Art. 6º Haverá restituição das diárias:
- I Quando a viagem não for realizada, tendo o vereador ou servidor recebido as diárias, ficará obrigado a restituí-las, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data que deveria ter sido o início da viagem.
- II Quando a missão for antecipada ou cumprida a menor tempo, ficará o vereador ou servidor obrigado a restituir as diárias recebidas em excesso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data regresso, acompanhada do relatório, cabendo ao chefe do Poder Legislativo, vista-lo, inclusive a guia de depósito em nome de Câmara Municipal de



CNPJ 26.042.572/0001-27

Carneirinho.

Parágrafo único - Não sendo devolvida as importâncias a serem restituídas pelo Vereador ou servidor no primeiro dia útil imediato ao vencimento do prazo previsto no caput. efetuar-se-á imediatamente o desconto integral em folha de pagamento, ficando sujeitos à apresentação do relatório e do depósito bancário das importâncias que teriam de ser restituídas, para liberação do pagamento das suas despesas.

- Art. 7º A autoridade proponente, o ordenador de despesas, o responsável pelo recebimento de despesas e o que praticar atos em desacordo com esta Lei, responderá solidariamente, pela reposição imediata da importância paga, sem prejuízo das sanções administrativas e penais, cabíveis ao caso.
- Art. 8º Para fazer face as despesas oriundas a este Projeto de Lei, fica o Poder Legislativo, autorizado a pagar nas dotações previstas na Lei Orçamentária Anual.
- Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as leis 468/2001, 590/2003, 1.443/2018 e 1.670/2021.

Câmara Municipal de Carneirinho, 26 de dezembro de 2024.

PEDRO EMILIO MARTINS

digitalmente por PEDRO EMILIO ARRUDA:07853247630 O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI OU=14483179000190, OU= Presencial OU=Certificado PF A1, CN= PEDRO EMILIO MARTINS ARRUDA: 0785 ARRUDA 07853247630
Razagi Eu sou o autor deste documento

> 12.26 15:52:43-03'00' Emilio Martins Afridasao: 2024.2.3 Presidente



CNPJ 26.042.572/0001-27

ANEXO I

DIÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO DE CARNEIRINHO-MG.

Classificação do cargo, emprego e função	
I – Vereadores e servidores de nível superior	
II - Demais servidores	
I -Vereadores e servidores de nível superior	
a- Brasília, Capitais de Estado e Cidades com quilometragem igual ou superior a 250 Km de distância da Sede do Município.	2,18 VRFM
b- Cidades com quilometragem inferior a 250 Km de distância	1,09 VRFM

II - Demais servidores	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
a- Brasília, Capitais de Estado e Cidades com quilometragem igual ou superior a 250 KM de distância da Sede do Município	1,4 VRFM
b- Cidades com quilometragem inferior a 250 Km de distância da Sede do Município	0,7 VRFM



CNPJ 26.042.572/0001-27

ANEXO II - Solicitação das Diárias

	·		DD/JI	POSTA DE VIAGEM	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Noi	ne	INOI	OSTA DE VIAGENI	
dor	1.102				

erv	Car	Cargo ou Função			. •
9 2					
-	<u> </u>				
······································			Service	a executar e perío	do
			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
05	tar	ę			
Serviço a	executar e	período		· .	
σ	2	ם			
				A 100 A 10 A 10 A 10 A 10 A 10 A 10 A 1	
			Justifica	tiva detalhada (razč	čes)
<u> </u>	16	n	CALIDADE	: '	N° DE DIAS
			7ALIDAD <u></u>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	IN DE DIAG
ório	em_	<u> </u>	At the first an account of		
Relatório De	Viag				
#					
Prazi	o de	l Iti	lização	Importância	ronuicitada
T IQL	<u> </u>	. •		iniportancia	requisitada
				· .	
- E			ASSINATI	JRA E CARIMBO DA	A CHEFIA
ent				**************************************	
Proponente				· ·	
Pr				4	



CNPJ 26.042.572/0001-27

ANEXO III - Autorização e recibo

		AUTORIZO A VIAGE	EM E CONCEDO A(S) DIARIA	₹(S)
utorização	concessão			
Auto	C0D		PRESIDENTE DA CÂMA	RA
			•	
				:
Recibo	Re	cebi a importância de	R\$().
Re		DATA	ASSINATURA DO PROPOSTO	CPF/RG



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO CNPJ 26.042.572/0001-27

ANEXO IV

RELATÓRIO DE VIAGEM E SERVIÇOS:

Relatório de	viagem a:	er en	
		egislativo de Carneirinho -MG.	
	·		
Motivo da v	viagem e período:		
•	•		
	•		
Po	or ser expressão da v	erdade, assino o presente.	

		Carneirinho-MG,de	de
	Nome:		
	Cargo:		
	Assinatura:		
DDOXAD			
APROVAD	U:		
Ass. do Pres	idente da Câmara:		
	<u> </u>		
f i			
٠.			